

**Regulamento da Clínica Pedagógica da ESS | P.Porto**

Considerando que:

1. Nos termos do disposto nas alíneas d) e f) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 62/2007 (RJIES), de 10 de setembro, são atribuições das instituições de ensino superior a transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico e a prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
2. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 1.º dos Estatutos da Escola Superior de Saúde do Porto (ESS | P.Porto), publicados no Diário da República n.º 55, Série II, de 19 de março de 2018, a sua missão é "contribuir para o desenvolvimento da sociedade, orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura e conhecimento, através da educação e ensino, investigação e atividades de ligação à comunidade, em áreas direta ou indiretamente relacionadas com a saúde, num quadro de referência nacional e internacional";
3. A necessidade de regulamentar a Clínica Pedagógica enquanto unidade prestadora de serviços especializados de cariz clínico à comunidade, num contexto de elevado valor formativo para os estudantes, que privilegia as atividades pedagógicas, bem como de investigação aplicada e de produção e divulgação do conhecimento científico da ESS | P.Porto
4. Que o presente regulamento foi disponibilizado e submetido à discussão pública por 30 dias, nos termos do n.º 3, do art.º 110, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES);

Determino:

Que ao abrigo do disposto na alínea b) no número 1 do artigo 15º dos Estatutos da ESS, é aprovado o Regulamento da Clínica Pedagógica da ESS | P.Porto, em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

Escola Superior de Saúde, 31 de julho de 2018

A PRESIDENTE DA ESS

Prof. Doutora Cristina Prudêncio
[Professora Coordenadora com Agregação]

ESCOLA
SUPERIOR
DE SAÚDE
POLITÉCNICO
DO PORTO



Regulamento Clínica Pedagógica da Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto

JULHO 2018

DESPACHO ESS|P.PORTO / PR-33/2018

ÍNDICE

- 3** Capítulo I – Disposições Gerais
- 4** Capítulo II – Órgãos, Competências e sua Articulação
- 7** Capítulo III – Intervenientes e Organização da Clínica
- 11** Capítulo IV – Normas Instrumentais e Regime Financeiro
- 12** Capítulo V – Regime Financeiro e Contabilístico
- 13** Capítulo VI – Disposições Finais

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO E ÂMBITO

1. O presente regulamento, sob a designação de “Regulamento da Clínica Pedagógica da ESS | P.Porto” (doravante, respetivamente, Regulamento e Clínica Pedagógica, Clínica Pedagógica ESS | P.Porto ou Clínica), tem por objeto estabelecer as regras de organização e funcionamento da Clínica Pedagógica da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto (ESS | P.Porto).
2. O Regulamento aplica-se a todos os que tenham intervenção nas atividades clínico-pedagógicas e de prestação de serviços de cariz clínico, incluindo as atividades que delas sejam instrumentais, designadamente as de apoio técnico e administrativo, desenvolvidas pela ou sob a égide da Clínica Pedagógica, independentemente da natureza do vínculo, ou respetiva duração, que os ligue a esta, bem como a todos os que usufruam dos serviços prestados no respetivo âmbito, nomeadamente os seus utentes ou beneficiários.
3. Toda a prática desenvolvida no âmbito da Clínica, em especial a consubstanciada nos serviços prestados à Comunidade, deve conformar-se com os princípios da ética e deontologia profissionais, bem como harmonizar-se com os interesses da própria Instituição.

ARTIGO 2.º

MISSÃO

1. A Clínica Pedagógica ESS | P.Porto tem como missão assegurar atividade clínica de ensino, de prestação de cuidados e promoção de saúde no âmbito da esfera de competências da ESS | P.Porto, bem como o desenvolvimento de investigação clínica de elevado nível científico.

ARTIGO 3.º

NATUREZA ESTATUTÁRIA, FINALIDADES E ESTRUTURAÇÃO INTERNA

1. A Clínica Pedagógica é uma estrutura orgânica de carácter científico-pedagógico criada no âmbito do previsto no ponto n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da ESS | P.Porto.
2. A Clínica é uma Unidade de carácter transversal, envolvendo todas as Áreas Técnico-Científicas que manifestem interesse na transferência do conhecimento científico e na prestação de serviços clínicos junto da comunidade, e articula-se diretamente com os Centros de Investigação da ESS | P.Porto.
3. A Clínica, atenta a natureza suprarreferida, assume como suas finalidades principais o desenvolvimento de atividades de apoio à Comunidade através da prestação de serviços especializados de cariz clínico e dentre elas, ao constituir-se como um contexto de elevado valor formativo para os seus estudantes, privilegia as atividades pedagógicas nos termos adiante consignados, bem como a realização de investigação aplicada e de produção e divulgação de conhecimento científico.
4. De modo a desenvolver as suas atividades e a concretizar os seus objetivos de apoio comunitário, de formação pedagógica e científicos, a Clínica estrutura-se internamente em Unidades Técnicas de Prestação de Serviços (doravante também designadas UTPS) de cariz clínico, as quais podem integrar consultórios e/ou laboratórios, onde é ministrado ensino clínico, pré e/ou pós graduado, concomitantemente com e através da prestação assistida de cuidados de saúde especializados, de acordo com o Organograma em Anexo I ao presente Regulamento.
5. A decisão sobre a criação de uma UTPS será da competência do Conselho de Gestão, com base em proposta do Conselho Clínico, e com os seguintes fundamentos:

- a) Coerência da proposta e sua harmonização aos interesses da ESS | P.Porto, tendo em conta a natureza dos serviços a prestar e as potencialidades que possam decorrer da criação da UTPS, em vista dos objetivos institucionais, pedagógicos e outros, a prosseguir;
 - b) Fatores de natureza ética;
 - c) Implicações no funcionamento normal da ESS | P.Porto, nomeadamente o uso excessivo dos respetivos recursos materiais e humanos e o grau de convergência com os objetivos do mesmo.
6. Em função da estruturação interna a que se refere o presente artigo, cada UTPS fica habilitada a prestar serviços de cariz clínico à Comunidade no âmbito e sob a égide da Clínica, nos termos previstos no presente Regulamento.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E SUA ARTICULAÇÃO

ARTIGO 4.º

ÓRGÃOS DA CLÍNICA

1. São órgãos dirigentes e de gestão da Clínica, nos termos desenvolvidos nos artigos subsequentes:
 - a) Conselho de Gestão;
 - b) Conselho Clínico;
 - c) Diretor Clínico.
2. É órgão consultivo da Clínica o Conselho Consultivo.

ARTIGO 5.º

CONSELHO DE GESTÃO

1. O Conselho de Gestão é o órgão incumbido da definição das diretrizes políticas e estratégias da Clínica, com funções de supervisão em relação a toda a sua atividade, sendo composto pelo Presidente da ESS | P.Porto ou o seu substituto legal, que preside, pelos Vice-Presidentes da ESS | P.Porto, pelo Diretor Clínico, pelo Administrador da ESS | P.Porto, e por um membro designado pela Presidência do P.Porto de entre os seus Vice-Presidentes ou Pró-Presidentes da área da Saúde.
2. O Conselho de Gestão é também o órgão máximo de gestão administrativa e financeira da Clínica, competindo-lhe designadamente:
 - a) Aprovar a regulamentação interna da Clínica;
 - b) Fazer cumprir o regulamento interno e os demais normativos legais, designadamente os requisitos impostos pela Entidade Reguladora de Saúde (ERS);
 - c) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam apresentados pelo Conselho Clínico;
 - d) Assumir a responsabilidade por todos os atos de administração da clínica;
 - e) Aprovar o projeto de orçamento anual da Clínica, com base na proposta enviada pelo Conselho Clínico e assegurar a respetiva execução;
 - f) Superintender na arrecadação e gestão das receitas e propor a realização de despesas e pagamentos aos órgãos competentes da ESS | P.Porto, no âmbito da Clínica;
 - g) Decidir sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
 - h) Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes, designadamente diligenciando no sentido da interligação das aplicações

informáticas de suporte ao registo e cobrança da receita com o sistema de contabilidade da ESS | P.Porto, com vista à existência de pontos de controlo;

- i) Assegurar a autossustentabilidade financeira da Clínica e instituir mecanismos de controlo nas aquisições de bens e serviços, em articulação com os respetivos serviços da ESS | P.Porto;
- j) Aprovar a tabela de preços dos diversos serviços a prestar, mediante proposta do Conselho Clínico;
- k) Aprovar, anualmente, o plano de atividades bem como o relatório de atividades, com base na proposta enviada pelo Conselho Clínico;
- l) Alocar, no âmbito da Clínica, os fundos que forem atribuídos;
- m) Promover mecanismos de cobrança dos valores em dívida dos utentes da Clínica;
- n) Aprovar as propostas de convénios, protocolos, acordos e contratos de investigação, formação e intervenção comunitária e enviá-las ao Presidente da ESS | P.Porto;
- o) Implementar procedimentos de acompanhamento e controlo dos contratos/protocolos celebrados pela ESS | P.Porto no âmbito da Clínica, bem como proceder à organização dos arquivos documentais, garantindo que estejam completos, atualizados e sejam de fácil consulta;
- p) Implementar um sistema de registo da correspondência, de forma a promover a eficiência da gestão da informação.

3. O Conselho de Gestão é responsável pelo apuramento rigoroso dos custos e proveitos relativos à Clínica.

ARTIGO 6.º

CONSELHO CLÍNICO

- 1. Nos termos dos Estatutos da ESS | P.Porto e dada a sua natureza, a Clínica dispõe de uma Comissão Coordenadora designada de Conselho Clínico, no respeito das competências dos órgãos da ESS | P.Porto a que se encontra estatutariamente subordinado.
- 2. O Conselho Clínico é constituído pelos Responsáveis das UTPS para o efeito nomeados pelo Conselho Técnico-Científico, com o perfil previsto nas normas da ERS, por mandato de quatro anos passível de renovação por igual período, mediante proposta de cada Área Técnico-Científica competente, carecendo a nomeação de homologação pelo Presidente da ESS | P.Porto.
- 3. Pode ser convocado para participar, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho Clínico quem este considerar pertinente.
- 4. Ao Conselho Clínico compete:
 - a) Organizar o procedimento de eleição e eleger o Diretor Clínico;
 - b) Comunicar formalmente ao Presidente da ESS | P.Porto o resultado da eleição referida na alínea anterior;
 - c) Definir e avaliar as atividades de cada uma das UTPS estruturantes da Clínica;
 - d) Elaborar, anualmente, a proposta do plano de atividades bem como do relatório de atividades com toda a informação da Clínica, designadamente o número de consultas e volume de receitas realizadas, e submetê-los a apreciação do Conselho de Gestão;
 - e) Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Clínica;
 - f) Elaborar o projeto de orçamento da Clínica a apresentar ao Conselho de Gestão;
 - g) Gerir os fundos que foram atribuídos pelo Conselho de Gestão à Clínica;
 - h) Propor, através do Conselho de Gestão, aos órgãos competentes da ESS | P.Porto a nomeação de equipas de trabalho para o desenvolvimento de projetos, programas e atividades previstos nos planos da Clínica;

- i) Assegurar a coordenação, supervisão e gestão de projetos e programas, no âmbito da Clínica;
- j) Apresentar à apreciação do Conselho de Gestão propostas de convénios, protocolos, acordos e contratos de investigação, formação e intervenção comunitária;
- k) Propor ao Conselho de Gestão a tabela de preços dos diversos serviços a prestar;
- l) Emitir parecer sobre a pertinência das UTPS existentes, a criar e a extinguir;
- m) Propor ao Conselho de Gestão normas internas de funcionamento da Clínica;
- n) Exercer as demais competências que lhe estejam cometidas por outros normativos legais e/ou regulamentares e bem assim aquelas que forem inerentes à sua natureza e/ou lhe sejam delegadas.

ARTIGO 7.º **DIRETOR CLÍNICO**

1. O Diretor Clínico é o órgão uninominal que representa a Clínica interna e externamente em todos os aspetos relativos à prática clínica, sendo, designadamente, responsável pela coordenação e direto acompanhamento do funcionamento das UTPS e superior garante da qualidade dos serviços clínicos prestados, nos termos adiante consignados.
2. O Diretor Clínico é eleito pelo Conselho Clínico dentre os seus membros, com o perfil previsto nas normas da ERS, por mandato de quatro anos passível de uma só renovação por igual período.
3. A designação do Diretor Clínico é comunicada à ERS, com observância dos procedimentos legais devidos.
4. Cabe ao Diretor Clínico dirigir e assegurar o funcionamento harmonioso da Clínica, garantindo a correção e prontidão dos cuidados de saúde prestados, competindo-lhe designadamente:
 - a) Presidir ao Conselho Clínico;
 - b) Coordenar a prestação da atividade aos utentes, assegurando uma integração adequada da atividade clínica dos diferentes cursos, de pré e pós-graduação;
 - c) Validar formalmente todos os planos de tratamento dos utentes da clínica;
 - d) Assumir responsabilidade deontológica na prestação dos serviços da Clínica, decidindo sobre as dúvidas que lhe sejam presentes sobre ética e deontologia, desde que não seja possível o recurso, em tempo útil, à Comissão de Ética para a Saúde da ESS | P.Porto;
 - e) Aprovar as orientações clínicas relativas à prestação de cuidados de saúde, bem como os protocolos clínicos adequados, sobre proposta dos Responsáveis pelas UTPS, observados os pressupostos legais;
 - f) Propor ao Conselho de Gestão medidas necessárias à melhoria das estruturas organizativas, funcionais e físicas da Clínica, dentro de parâmetros de eficiência e eficácia reconhecidos, que produzam os melhores resultados face às tecnologias disponíveis;
 - g) Desenvolver e implementar instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde prestados;
 - h) Designar formalmente o Docente individualmente responsável pela supervisão clínica do estudante, sob proposta do Responsável pela UTPS;
 - i) Pronunciar-se sobre a criação de serviços ou a descontinuação dos mesmos;
 - j) Arbitrar conflitos de natureza técnica e de organização entre UTPS;
 - k) Fomentar a cooperação entre docentes de diferentes áreas, estudantes e pessoal de apoio à atividade clínica;
 - l) Garantir o registo clínico adequado de toda a atividade bem como dos instrumentos conexos indispensáveis (p. ex. consentimento informado).
5. O Diretor Clínico não pode acumular como Responsável de UTPS.

6. Nas suas faltas e impedimentos o Diretor Clínico é substituído pelo Subdiretor Clínico, nomeado pelo Diretor Clínico de entre membros do Conselho Clínico.

ARTIGO 8.º

CONSELHO CONSULTIVO

1. O Conselho Consultivo é um órgão de apoio aos órgãos previstos nos artigos 5.º a 7.º anteriores, de consulta e participação na definição das linhas gerais de atuação da Clínica, no respetivo âmbito/áreas de atuação, e é composto pelo Presidente da ESS | P.Porto ou o seu substituto legal, Diretor Clínico, pelos Responsáveis dos Centros de Investigação da ESS | P.Porto, e entidades externas que o Conselho delibere cooptar, em número não superior aos membros internos.
2. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer dos outros órgãos, sem carácter vinculativo, designadamente sobre: os planos estratégicos da Clínica; os métodos de ensino clínico; a criação, transformação ou extinção de UPS; a criação, alteração ou extinção de atividades e respetivos planos de tratamento; o relacionamento com outras instituições públicas ou privadas; o relacionamento com outras instituições de ensino e investigação, nacionais e internacionais; a realização de acordos e parcerias.

ARTIGO 9.º

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

1. As reuniões dos órgãos colegiais são, sem prejuízo do disposto no número seguinte, convocadas com antecedência mínima de cinco dias úteis, através de convocatória enviada a todos os membros do órgão, com indicação da ordem de trabalhos.
2. O prazo da convocatória pode ser reduzido até dois dias úteis em caso de urgência, devidamente fundamentada.
3. As convocatórias, as ordens de trabalhos e as atas das reuniões dos órgãos colegiais da Clínica, bem como os dados que adicionalmente forem considerados pertinentes, são alojados em sistema informático próprio, com os níveis de reserva de acesso que, nos termos legais, forem devidos.

CAPÍTULO III

INTERVENIENTES E ORGANIZAÇÃO CLÍNICA

ARTIGO 10.º

RESPONSÁVEL PELA UTPS

1. A gestão corrente da atividade de cada UTPS, incluindo a elaboração de relatórios, é atribuída ao respetivo Responsável.
2. Ao Responsável incumbe dar apoio à organização da Clínica e assegurar, na respetiva área, a prestação de cuidados clínicos aos utentes que dela necessitem, garantindo a rigorosa observância, por parte do Corpo Clínico e dos estudantes, dos princípios éticos e deontológicos no exercício das atividades da respetiva UTPS.
3. São deveres do Responsável da UTPS:
 - a) Integrar o Conselho Clínico;
 - b) Responder, perante o Diretor Clínico, pela direção técnica da UTPS;
 - c) Supervisionar e controlar as estatísticas e documentos referentes aos atendimentos da UTPS que coordena, propondo novas rotinas e normas de atendimento, sempre que seja necessário;
 - d) Zelar pela imagem da Clínica junto da Comunidade;

- e) Submeter à apreciação do Conselho Clínico as propostas de convénios ou parcerias com outras instituições, públicas ou privadas;
 - f) Assumir a responsabilidade por todas as atividades da respetiva UTPS e atuar em coordenação com a direção da clínica;
 - g) Cumprir e fazer cumprir a lei e o regulamento interno, assim como as ordens de serviço que sejam determinadas;
 - h) Propor os colaboradores afetos à UTPS, os quais, para tal, devem estar devidamente registados na ERS, e estabelecer os horários;
 - i) Afixar, disponibilizar e fazer cumprir a tabela de preços das diversas atividades e serviços complementares aprovada pelo Conselho de Gestão;
 - j) Propor ao Diretor Clínico as orientações clínicas relativas à prestação de cuidados de saúde, bem como os protocolos clínicos adequados;
 - k) Gerir os equipamentos e instrumentos afetos à sua UTPS, zelando pela respetiva manutenção, verificação, qualificação e calibração, e conformando o seu uso e funcionamento aos respetivos requisitos legais, sempre que aplicável.
4. Os Responsáveis pelas UTPS aprovam as *guidelines* do desenvolvimento da sua atividade no prazo de 30 dias após a publicação do presente Regulamento.

ARTIGO 11.º **CORPO CLÍNICO**

1. O Corpo Clínico é, sem prejuízo do disposto no número seguinte, composto por docentes da ESS | P.Porto, que ministram ensino clínico tendo em vista, concomitantemente, a prestação de serviços aos utentes da Clínica, garantindo aos estudantes a supervisão e acompanhamento que promovam a integração teórico-prática do conhecimento adquirido, bem como o desenvolvimento das competências necessárias ao futuro exercício da profissão.
2. Em caso de reconhecida carência em cada área de prestação de serviços de cariz clínico, podem também integrar o Corpo Clínico docentes ou investigadores de outras instituições de ensino superior e/ou profissionais de reconhecido prestígio de outras instituições públicas e/ou privadas, em colaboração devidamente enquadrada por protocolo interinstitucional, e ainda outros profissionais de reconhecido prestígio.
3. Só pode ser membro do Corpo Clínico quem reúna as condições legalmente exigidas para o exercício das funções clínicas e de supervisão que lhe compete desempenhar nos termos do presente Regulamento, designadamente a detenção de cédula profissional.
4. Os membros do Corpo Clínico ficam individualmente obrigados à rigorosa observância dos princípios éticos e deontológicos no exercício da sua atividade, designadamente:
 - a) Respeito, urbanidade e lealdade para com os membros dos órgãos da Clínica, os colegas e estudantes e todas as pessoas que estejam ou entrem em relação com a Clínica, designadamente os utentes nela assistidos e fornecedores;
 - b) Cumprir as diretivas emanadas pelos órgãos da ESS | P.Porto e da Clínica;
 - c) Defender o bom nome da Clínica, dentro e fora da Instituição;
 - d) Velar pela conservação e boa utilização dos bens e equipamentos que lhe forem confiados;
 - e) Observar escrupulosamente as normas sobre saúde, higiene e segurança no trabalho;

- f) Ser responsável pela elaboração da história clínica do utente e pelo registo dos tratamentos efetuados na sua ficha clínica;
- g) Proporcionar, na medida das suas possibilidades, o máximo bem-estar aos utentes na Clínica;
- h) Comunicar à direção clínica, com conhecimento ao Presidente da ESS | P.Porto, todas as ocorrências dignas de registo, designadamente reclamações de utentes ou familiares;
- i) Em cada momento, quer dentro quer fora das instalações da clínica, atuar no sentido do melhor funcionamento da Clínica, do seu bom nome e da promoção da saúde.

ARTIGO 12.º

APOIO ADMINISTRATIVO DA CLÍNICA PEDAGÓGICA

1. Compete ao apoio administrativo da Clínica:
 - a) Marcar consultas e exames e controlar a frequência dos utentes;
 - b) Dar informações e esclarecimentos aos utentes que procuram a Clínica, designadamente sobre a documentação a entregar antes das consultas;
 - c) Efetuar o registo informático dos dados pessoais dos utentes;
 - d) Prestar a informação aos utentes sobre as regras procedimentais aplicáveis e documentação de apresentação obrigatória, em especial na primeira consulta;
 - e) Proceder ao recebimento dos honorários e à emissão dos respetivos recibos, assim como as declarações de presença nas consultas;
 - f) Convocar os utentes para as consultas e exames consoante as prioridades definidas pelo Responsável da UTPS;
 - g) Esclarecer os estudantes sobre marcações de utentes e outros assuntos relacionados;
 - h) Fazer a conferência dos valores recebidos;
 - i) Cumprir escrupulosamente as regras de circuito de receitas;
 - j) Controlar, organizar e arquivar toda a documentação referente às consultas;
 - k) Fazer o controlo das faturas e guias de remessa das atividades da Clínica;
 - l) Proceder à receção de encomendas e materiais necessários ao funcionamento da Clínica, providenciando para que os mesmos sejam devidamente acondicionados e armazenados ordenadamente;
 - m) Atualizar e manter atualizados os processos individuais de todos os docentes encarregues de supervisionar o ensino clínico (pré e/ou pós graduado);
 - n) Realizar outras atividades que, no âmbito das suas funções, sejam definidas pelos órgãos da Clínica.

ARTIGO 13.º

OUTROS RECURSOS HUMANOS

1. Para além dos membros do Corpo Clínico, a Clínica pode dispor do concurso dos investigadores e bolseiros de investigação afetos aos programas e projetos que sejam desenvolvidos no seu âmbito ou sob sua égide.
2. A Clínica pode ainda dispor de recursos humanos não docentes e não investigadores indispensáveis ao desenvolvimento das respetivas atividades, dentre os trabalhadores do mapa de pessoal da ESS | P.Porto, quer por afetação por despacho do Presidente da Escola, quer por recurso a instrumentos de mobilidade e/ou contratação, nos termos legais pertinentes.
3. Aos docentes equiparados a bolseiro, ou com dispensa de serviço docente, não é permitida a participação em atividades desenvolvidas pela Clínica, a menos que os mesmos se enquadrem em projetos de investigação relevantes para a sua formação e tal seja explicitamente autorizado pela Instituição a que pertencem.

**ARTIGO 14.º
ESTUDANTES**

1. A atividade clínica do estudante tem por finalidade permitir-lhe a preparação integral para o exercício da respetiva atividade profissional.
2. Os estudantes em prática clínica no âmbito da Clínica devem:
 - a) Assistir e instrumentalizar, em coordenação com o docente supervisor e sob a direção deste, a atividade;
 - b) Abster-se de realizar qualquer estudo, diagnóstico ou tratamento sem a prévia autorização do docente responsável pela supervisão;
 - c) Guardar sigilo sobre toda a informação de saúde dos utentes de que tenham conhecimento;
 - d) Respeitar a dignidade, estatuto profissional e relações profissionais com os docentes, colegas e não docentes da ESS | P.Porto;
 - e) Velar pela conservação e boa utilização dos bens que lhe forem confiados, relacionados com a atividade clínica desenvolvida;
 - f) Zelar pela organização, limpeza, desinfeção do equipamento e pelo bom funcionamento da Clínica;
 - g) Colocar o interesse do utente acima do interesse pessoal;
 - h) Todas as outras funções adstritas ao bom desempenho profissional.
3. É obrigatória, sempre que exigida, a apresentação de um documento de identificação que contenha fotografia.

**ARTIGO 15.º
UTENTES**

1. Só é permitida a admissão como utentes da Clínica após registo realizado pelo funcionário administrativo no *software* de gestão da Clínica que seja aprovado pelo Conselho de Gestão.
2. É aberto um processo clínico para cada utente com um número de identificação único e em que constem o nome dos docentes que realizaram e validaram os respetivos tratamentos, bem como o registo de presença dos estudantes que o acompanharam.
3. São obrigações do utente da Clínica:
 - a) Assinar o consentimento informado, que inclui menção expressa à aceitação de observação e/ou intervenção de estudantes supervisionados e ao tratamento de dados para efeitos de investigação;
 - b) Cumprir os dias e horários de atendimento, bem como as restantes obrigações inerentes aos tratamentos, pelo que, sempre deve ser comunicada previamente a eventual impossibilidade de comparência;
 - c) Fornecer todos os seus antecedentes clínicos com relevância no âmbito da consulta e/ou tratamento, sendo a ocultação de dados que possam vir a prejudicar o tratamento a que foi submetido ou pôr em causa o seu estado de saúde da sua inteira responsabilidade;
 - d) Comportar-se no interior da clínica segundo os princípios cívicos e da urbanidade;
 - e) Proceder ao pagamento dos serviços prestados.

**ARTIGO 16.º
NORMAS DE APLICAÇÃO GERAL**

1. Todos os estudantes, docentes não docentes que exerçam a sua atividade na Clínica Pedagógica devem:
 - a) Cumprir escrupulosamente o seu horário;
 - b) Cumprir e fazer a aplicação integral dos protocolos de procedimentos relativos à sua atividade;
 - c) Usar o vestuário estabelecido pela direção clínica com identificação;

- d) Pautar-se por uma boa apresentação e higiene pessoal, evitando adereços que ponham em causa a sua segurança e a dos utentes;
- e) Respeitar as hierarquias estabelecidas e cumprir as suas orientações;
- f) O horário de funcionamento da Clínica será afixado e divulgado nos locais próprios.

ARTIGO 17.º

SIGILO PROFISSIONAL

1. Toda a informação de saúde do utente está protegida pelo segredo profissional.
2. Os docentes e os estudantes, bem como todos quantos com estes colaborem no exercício das suas funções, estão obrigados a guardar sigilo sobre toda a informação relacionada com o utente, constante ou não da sua ficha clínica, obtida no âmbito da Clínica, bem como sobre todos os factos de que tenham tomado conhecimento no exercício da atividade.
3. O docente que supervisiona pode prestar informações ao utente ou a terceiro por este indicado.
4. No caso de intervenção de um terceiro, nos termos do número anterior, o docente encarregue da supervisão exige uma declaração escrita do utente concedendo poderes àquele, para atuar em seu nome.
5. No respeito pelo enquadramento legal em vigor, não é considerada violação do sigilo profissional a divulgação para fins académicos, científicos e profissionais, de informação referida no n.º 1, desde que sem indicação da identidade/identificação do doente.
6. Não podem fazer prova em juízo, ou fora dele, as declarações prestadas com violação do sigilo profissional.

CAPÍTULO IV

NORMAS INSTRUMENTAIS E REGIME FINANCEIRO

ARTIGO 18.º

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS

1. A ESS | P.Porto, através de Despacho do seu Presidente, disponibiliza os meios físicos e financeiros necessários ao bom funcionamento da Clínica Pedagógica.
2. Os Serviços prestados no âmbito da Clínica Pedagógica não podem trazer encargos adicionais para a ESS | P.Porto, pelo que todos os meios utilizados para a sua realização deverão ser orçamentados em custos reais.
3. A Clínica não se pode colocar em situações de concorrência desleal com outras entidades, o que exige que sejam incluídos na faturação todos os custos, diretos e indiretos, necessários à correta execução dos serviços.
4. Todas as atividades da Clínica que traduzam inovação ou incremento substanciais em relação às atividades já em curso devem ser objeto de proposta por parte das UTPS ou diretamente pelos Centros de Investigação da ESS | P.Porto interessados na sua aprovação, submetidas à decisão do Conselho de Gestão, depois de obtido parecer favorável da maioria de dois terços dos membros do Conselho Clínico.
5. A decisão do Conselho de Gestão, que deve ponderar os fundamentos que sustentam as propostas, carece, para se tornar efetiva, de aprovação pelos órgãos competentes da ESS | P.Porto.

CAPÍTULO V

REGIME FINANCEIRO E CONTABILÍSTICO

ARTIGO 19.º

RECEITAS E DESPESAS

1. A Clínica dispõe das seguintes receitas, em observância das normas internas do ESS | P.Porto:
 - a) Ajuda à exploração anualmente concedida pelos órgãos competentes da ESS | P.Porto e por conta do orçamento de funcionamento desta;
 - b) Produto das receitas arrecadadas em contrapartida dos serviços prestados pela Clínica, nos termos da tabela de preços aprovada, na proporção fixada por Despacho referido no n.º 1 do artigo 21.º;
 - c) Legados, subvenções e donativos de instituições oficiais e/ou particulares com expressa destinação à Clínica e/ou à sua atividade;
 - d) Produto de convénios, parcerias e/ou contratos de prestação de serviços celebrados pela ESS | P.Porto com outras instituições e expressamente reportados à atividade desenvolvida no âmbito da Clínica.
2. São despesas da Clínica todas as que respeitam ao funcionamento.
3. A Clínica prossegue objetivos de autossustentabilidade financeira, segundo o princípio da suficiência das receitas para cobrir as despesas.

ARTIGO 20.º

CONTROLO FINANCEIRO

1. A Clínica dispõe de um sistema de controlo interno ao nível dos processos financeiros, contabilísticos e de prestação de contas.
2. O sistema de contabilidade analítica da Clínica pressupõe, designadamente, a definição de atividades principais e auxiliares e a definição de critérios de imputação de custos adequados à atividade e à realidade da ESS | P.Porto, não devendo ser utilizados referenciais de mercado ou outros alheios à entidade.
3. A contabilidade da Clínica encontra-se centralizada nos Serviços competentes da ESS | P.Porto, obedecendo às regras orçamentais e de contabilidade da administração pública em vigor na Instituição.
4. Cada UTPS tem um centro de custos associado.
5. Anualmente, o Serviço Económico-financeiro e o Serviços de Aprovisionamento e de Gestão do Património da ESS | P.Porto apresentam ao Conselho de Gestão:
 - a) Balancetes de todos os centros de custos a que correspondam as UTPS, por forma a ser possível avaliar a pertinência da sua continuidade ou da sua cessação;
 - b) A lista de equipamentos adquiridos e inventariados, resultantes da execução das atividades em cada UTPS.
6. Se a UTPS não prestar qualquer tipo de serviços ao longo de um ano será objeto de reavaliação pelos Conselhos Clínico e de Gestão.
7. No caso de se optar pelo encerramento da UTPS e respetivo centro de custo, a receita existente poderá transitar para outro centro de custos por Despacho do Presidente da ESS | P.Porto, sob proposta do Conselho de Gestão.

ARTIGO 21.º

AFETAÇÃO DE VERBAS

1. As receitas provenientes da Clínica Pedagógica constituem receitas próprias da ESS | P.Porto e devem cobrir todos os custos diretos e indiretos associados à realização das atividades propostas, sendo distribuídas na

proporção a definir por Despacho do Presidente da ESS | P.Porto, observando-se as normas internas da ESS | P.Porto e as disposições legais em vigor.

2. Os equipamentos e outros bens de capital inventariáveis, adquiridos ou amortizados no âmbito da Clínica Pedagógica, serão incorporados no património da ESS | P.Porto.
3. A remuneração dos colaboradores mediante os serviços prestados será efetuada de acordo com a política institucional em vigor.

ARTIGO 22.º

EMIÇÃO DE DOCUMENTOS

1. É expressamente proibida a emissão de documentos (v.g. faturas e recibos) em papel timbrado ou com o nome da ESS | P.Porto fora do âmbito da Clínica Pedagógica.
2. Os documentos emitidos devem seguir os procedimentos em vigor no P.Porto e na ESS | P.Porto.
3. As receitas provenientes da Clínica Pedagógica devem ser depositadas, por guia, na Tesouraria da ESS | P.Porto.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23.º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

1. Compete ao Conselho de Gestão interpretar as dúvidas e integrar as lacunas que se suscitam na aplicação do presente Regulamento dentro do seu espírito e em conformidade com a lei.

ARTIGO 24.º

REVISÃO E ALTERAÇÃO

1. O presente Regulamento deve ser objeto de revisão após alteração legal ou estatutária que o implique.
2. O presente Regulamento deve ser avaliado pelo Conselho de Gestão no último trimestre do respetivo mandato, com vista à sua eventual revisão.
3. Os projetos de revisão do presente Regulamento podem ser ainda apresentados ao Conselho de Gestão por qualquer dos órgãos de governo da Clínica Pedagógica.
4. As propostas de revisão do Conselho Clínico são aprovadas por maioria de dois terços dos seus membros, presentes em reunião expressamente convocada para o efeito.
5. Para adquirirem eficácia as alterações ao presente Regulamento carecem de homologação do Presidente da ESS | P.Porto.

ARTIGO 25.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação nos termos legais.

Anexo I

CLÍNICA PEDAGÓGICA

